

TIPO

RESUMO EXPANDIDO

ÁREA TEMÁTICA

ADMINISTRAÇÃO

TÍTULO

GESTÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE: OS DESAFIOS DO COLEGIADO
TERRITORIAL RIO MACHADO/RO

Xênia Castro Barbosa (xeniacleio@gmail.com)

IFRO

Thauany Gomes Deboni (thauany_deboni@hotmail.com)

NEDET Rio Machado

Madson Silva Souza Junior (madsonsleev@gmail.com)

NEDET Rio Machado

RESUMO

O artigo discute as principais políticas públicas de desenvolvimento territorial implantadas na Amazônia, com ênfase na experiência do Colegiado Territorial Rio Machado, que acompanhamos desde 2014, em função do projeto “Gênero e desenvolvimento rural sustentável: uma proposta de pesquisa e extensão para o Território Rural Rio Machado, com ênfase na TI Roosevelt”, aprovado pela Chamada 11/2014 CNPq/MDA/SPM. Os dados foram coletados mediante observação participante e análise de seu Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. As análises foram procedidas à luz de literatura concernente à temática. Em época de transformações que impactam a política de desenvolvimento rural (como a extinção do MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário, e das secretarias de Reordenamento Agrário, de Agricultura Familiar, de Desenvolvimento Territorial, dentre outras) o registro das experiências exitosas daquele Colegiado aponta para a necessidade de revisão de atos políticos do governo interino, e revisão da atuação, alcances e limites dos órgãos públicos instintos.

Palavras-Chave: Gestão Social. Território Rural. Sustentabilidade. Políticas Públicas.

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira se estende por mais de 500 milhões de hectares, ocupa mais da metade da superfície do território brasileiro, abriga 1/5 das águas doces do planeta e cerca de 30% de seu estoque genético (ALBAGLI, 2001), o que a coloca na rota de interesses diversos e complexos, que intercalam discursos e práticas de conservação ambiental com outras de exploração capitalista, que fogem aos parâmetros da sustentabilidade.

Em função dos fatores acima elencados o Estado brasileiro, desde os primórdios de sua vida republicana tem envidado esforços para promover o reconhecimento de seus recursos naturais, compreender seu bioma e, sobretudo, integrá-la ao restante do país, efetivando o controle político sobre essa área estratégica. Apesar desses esforços de reconhecimento, prevaleceram ações unilaterais que desconsideraram as especificidades de seu sistema, o valor de seu patrimônio para a vida presente e futura. Tais projetos, ancorados em políticas públicas, pautaram-se na exploração irracional que impactou de modo profundo e quiçá irreversível elementos como a cobertura vegetal, os regimes hídricos e a cultura de povos e comunidades tradicionais.

As políticas públicas de integração amazônica utilizaram-se de recursos e estratégias variadas ao longo do tempo, destacando, o incentivo à migração com vistas à exploração de produtos florestais (com destaque para a borracha), a implantação de tecnologias da informação e da comunicação, como o cabeamento telegráfico, o incentivo à colonização agrária, na perspectiva de uma economia de fronteira, e por último, após 2003, a criação de territórios rurais de identidade, por meio do PRONAT – Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Território, que propiciou a criação de uma estrutura colegiada favorável à gestão social e ao aprimoramento do diálogo entre Estado e Sociedade, possibilitando o compartilhamento de responsabilidades e uma avaliação sistêmica das políticas públicas rurais e intersetoriais. O projeto “Gênero e Desenvolvimento Rural Sustentável: uma proposta de pesquisa e extensão para o Território Rural de Identidade Rio Machado, com ênfase na TI Roosevelt”, que deu guarida a esse plano de trabalho, buscou compreender as possibilidades e desafios da gestão social e da sustentabilidade na perspectiva do Colegiado do Território Rural de Identidade Rio Machado.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA OU REFERÊNCIA TEÓRICO-EMPÍRICO

O estudo tem como categorias analíticas centrais a gestão social e a sustentabilidade, pensadas na perspectiva da Teoria Crítica (HABERMAS, 1987; HORKHEIMER *et al*, 1990). Esta perspectiva epistemológica, ao apontar os limites da racionalidade técnica, evidenciou que esta tem servido como instrumento de dominação do homem pelo próprio homem e deste sobre a natureza, impedindo formas de desenvolvimento mais horizontais e dialógicas, e, por conseguinte, mantendo formas tradicionais de exploração e interdições de liberdades e direitos.

Como alternativa a esse tipo de racionalidade, Habermas propôs uma racionalidade dialógica, esboçada em sua Teoria da Ação Comunicativa (1984, 1987). Esta nova racionalidade proposta deverá ser exercitada de forma horizontal entre sujeitos de igual capacidade e responsabilidade, munidos das experiências do mundo da vida (personalidades, identidades e códigos partilhados socialmente), e com vistas à produção de regimes de compreensão favoráveis ao consenso, em detrimento da dominação. A gestão social proposta pelo Governo Federal do Brasil em relação à política de desenvolvimento territorial dos ambientes rurais configura-se como uma alternativa que endossa a proposta Habermasiana, embora a prática analisada no Colegiado do Território Rural Rio Machado indique um longo caminho a se perseguir na busca de condições equitativas de participação social, aprendizagem da democracia e compartilhamento de responsabilidades.

A sustentabilidade, na ótica de Jara (2001), é apresentada como uma demanda urgente, a ser promovida coletivamente por atores e estratégias diversas, com fito de superar as desigualdades e injustiças socioambientais intensificadas pelo modelo capitalista de produção. Pra o autor, está claro que o crescimento econômico apregoado na América Latina não foi suficiente para promover desenvolvimento autônomo e responsável, uma vez que não superou a concentração de renda e não definiu parâmetros éticos para o uso dos recursos naturais, que são escassos e não se renovam no mesmo ritmo em que os consumimos.

3 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida classifica-se, quanto aos objetivos, como Explicativa, e no que concerne aos procedimentos técnicos, como bibliográfico-documental (GIL, 2008).

A coleta de dados foi desenvolvida com base em fontes primárias e secundárias, e em observações em campo, especificamente observações de 06 Plenárias Territoriais do Colegiado do Território Rio Machado, realizadas nos municípios de Cacoal e São Felipe do Oeste, no período de janeiro de 2015 a maio de 2016.

Dentre as fontes analisadas constaram o PTDRS – Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território Rural de Identidade Rio Machado e o estudo do IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, denominado “Identidade e Território no Brasil” (PERICO, s/d), além de artigos publicados sobre o assunto. As análises foram procedidas à luz de literatura concernente ao assunto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Território Rural de Identidade Rio Machado é parte de uma política pública que expressa nova concepção do rural, valorizando identidade, diferença e complementaridades em relação ao urbano. Tem por meta o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento econômico em consonância com padrões éticos de sustentabilidade, promovendo a segurança e a soberania alimentar da sociedade nacional. Esse Território abrange os municípios de Ministro Andreazza, Cacoal, Espigão do Oeste, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, São Felipe d’Oeste e Parecis, e tem como principal fórum de discussão e deliberação o Colegiado Territorial Rio Machado, do qual participam de modo equânime representantes da sociedade civil e do Poder. Dispõe ainda de quatro Câmaras Temáticas: Mulheres, Juventude Rural, Inclusão Produtiva e Agroecologia e Povos e Comunidades Tradicionais, que apresentam grande potencial de fomentar o debate e proposição de ações para os principais problemas rurais enfrentados pelos segmentos que integram essas Câmaras.

O Colegiado construiu, em parceria com a ONG Rioterra, seu PTDRS, documento que define suas expectativas e estratégias de desenvolvimento territorial, em consonância com seus entendimentos sobre a importância de conservação ambiental e produção sustentável. Embora o Colegiado tenha conseguido (1) avançar na gestão social, (2) ampliar a participação de atores antes excluídos dos debates, como as mulheres e indígenas, (3) amadurecer politicamente quanto ao compartilhamento de bens e recursos e a elaboração de projetos de interesse coletivo, para captação de recursos, essa política encontra-se ameaçada de prosseguir e esse processo de amadurecimento democrático poderá ser interrompido, uma vez que o

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto pelo atual presidente interino do Brasil, bem com a SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que coordenava as ações referentes à temática.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÕES

A política pública de desenvolvimento territorial rural, ameaçada de continuidade pelo atual governo revelou indicadores de melhoria na gestão social, na compreensão do valor dos recursos ambientais disponíveis naquele território, bem como no processo de aprendizagem política democrática e participativa. Considera-se pertinente a manutenção dessa política como política de Estado e a ampliação de estudos e avaliações sobre seu potencial e resultados alcançados.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Amazônia: fronteira geopolítica da biodiversidade. **Parcerias Estratégicas**, Vol. 6, N. 12 (2001).

GIL, A. Cs. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action**:. Reason and the rationalization of society. . Vol 1, Boston: Beacon Press, 1984.

_____, J. **The theory of communicative action**: Lifeworld and sistem: a critique of functionalist reason. Vol 2. Boston: Beacon Press, 1987.

HORKHEIMER, M. *et al.* **Teoria crítica**. São Paulo: Perspectiva/Edusp, 1990, v. 1

JARA, C. J. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. São Luiz: IICA-Brasil, 2001.

PERICO, R. E. **Identidade e Território no Brasil**. IICA-Brasil, s/d.